

Ano XXIV nº 6466 – 23 de novembro de 2021

Mais uma vez, governo tenta acabar com vales refeição e alimentação



O governo Bolsonaro prepara novo ataque aos trabalhadores. Agora o presidente quer limitar por decreto a dedução do Imposto de Renda das empresas na concessão de vales refeição e alimentação. O Decreto nº 10.854 pode entrar em vigor a partir do dia 11 de dezembro e estabelece que apenas os valores pagos até um salário mínimo poderão ser descontados da base de cálculo do Imposto de Renda das empresas que oferecem o benefício a seus trabalhadores.

Outro ataque no decreto de Bolsonaro é que o abatimento dos vales só deverá ser aplicado para os rendimentos de até cinco salários mínimos.

A previsão é que o decreto pode ser questionado na Justiça. Cerca de 280 mil empresas em todo o país oferecem os benefícios para parte dos 22,3 milhões de trabalhadores. Sem a isenção fiscal, a tendência é que os empresários desistam desses benefícios.

“Bolsonaro já estava tentando passar essa restrição pelo Congresso, quando houve reação contrária e os parlamentares recuaram. Agora quer praticar essa maldade pela canetada. Mas esse benefício está previsto em lei e somente outra lei poderia restringir”, afirmou a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira.

“Restringir os vales refeição e alimentação prejudica os trabalhadores que conseguiram esses benefícios com muita luta, mas também é um ataque às pequenas e médias empresas que oferecem refeições e alimentos a esses trabalhadores. A economia vai ficar ainda mais travada e a alimentação ficará mais cara. É assim que Bolsonaro afunda mais o país”, criticou a presidenta da Contraf-CUT.

O decreto que restringe esses benefícios é mais uma tentativa do governo de acabar com direitos dos trabalhadores. Na metade do ano, Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, propunham a extinção dos vales refeição e alimentação. A extinção foi incluída na proposta de Reforma Tributária, mas retirada diante das inúmeras críticas de vários setores da sociedade.

Jornada de lutas de 21 dias incentiva engajamento na prevenção e na eliminação da violência contra as mulheres

O movimento contra a violência às mulheres iniciou a partir do último sábado (20) a campanha dos 21 Dias de Ativismo. É a versão brasileira de uma atividade mundial realizada todos os anos. A atividade internacional começa dia 25, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, e vai até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. No Brasil, a mobilização abrange o período de 20 de novembro a 10 de dezembro, o que amplia a jornada para 21 dias.

E agora, a Contraf-CUT está implementando em todo o Brasil o Projeto Basta, que capacita entidades sindicais a prestar assistência jurídica gratuita a mulheres em situação de violência. As entidades sindicais vão participar dessa luta desde a orientação para a procura dos canais e serviços públicos até orientações sobre questões como guarda dos filhos.

No dia 25, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, será realizado um encontro organizado pela Rede UNI Mulheres Brasil para debater a ratificação da convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho define violência e assédio como comportamentos, práticas ou ameaças que provocam danos físicos, psicológicos, sexuais ou econômicos contra trabalhadores e trabalhadoras.

“Essa convenção abrange a série de violências à que estão expostas as mulheres no ambiente de trabalho. Na América Latina, países como Uruguai e Argentina já ratificaram a Convenção 190 da OIT. Precisamos explicar tanto para a população em geral como para parlamentares e outros agentes públicos a importância de o Brasil ratificar esse compromisso internacional. Claro que temos um atual governo machista e misógino, um presidente que não se envergonha de discriminar e até ameaçar mulheres. Por isso mesmo precisamos pressionar para que o Brasil ratifique a Convenção 190”, afirmou Elaine Cutis, secretária de Mulheres da Contraf-CUT.